

5. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE VISTORIA – ESTELA LAURINDA OLIVEIRA VIEIRA:

De **Estela Laurinda de Oliveira Vieira**, solicitando isenção do pagamento da **taxa de vistoria**, respeitante à habitação situada na Avenida Senhora da Paciência, nº 36-2º esqº- Celeirós, na União das freguesias de Celeirós Aveleda e Vimieiro, neste concelho.

Tem informação favorável do **GAS-Gabinete de Ação Social**.

RELATÓRIO SOCIAL Nº: 3758/2019

Processo: E/64833/2018

Requerente: Estela Laurinda de Oliveira Vieira

Morada: Avenida Senhora da Paciência, nº38, 2º esq.

Contacto: 931042548

Assunto: Isenção de Taxa de Vistoria

Encargos: 146,00 euros

A. S. de Oliveira

1902-58

[Handwritten signature]

RELATÓRIO SOCIAL

Através do requerimento em anexo, a munícipe solicita a isenção de pagamento dos encargos em referência baseada em insuficiência económica para cumprimento da liquidação da taxa de vistoria, requerida e já realizada.

Contactada, referiu estar há cerca de seis meses a coabitar, por favor, em casa de uma prima, devido à falta de condições de habitabilidade, excessiva humidade, da fração de que é proprietária.

Segundo informação prestada pela requerente, desde 2015 que reporta as deficiências junto do condomínio, sem que as reparações sejam efetuadas, agravando-se as condições de habitabilidade.

A vistoria técnica, em anexo, entretanto efetuada ao local, confirma as deficiências referidas pela munícipe a quem, advogado, sugeriu o pedido de vistoria dada a inércia da resposta da parte do condomínio do prédio.

A interessada irá pedir apoio judiciário para mover ação judicial com vista a eventual resolução da situação.

Avaliada a situação socioeconómica, apurei tratar-se de Senhora de 44 anos, divorciada, com uma filha adolescente de 15 anos de idade.

Comercial de telecomunicações, declara como rendimento mensal o ordenado mínimo e a prestação de alimentos da filha, no montante total mensal de 680,00 euros. Apresenta despesas fixas mensais na ordem dos 412,00 euros, e um rendimento per capita de 134,00 euros.

A morada de família, fração em causa, foi-lhe atribuída aquando o divórcio pelo tribunal pelo que é esta que cumpre com o pagamento da prestação de crédito da habitação.

PARECER	DESPACHO
<p>Confirmada com sendo precária a situação socioeconómica da munícipe e justificando-se a vistoria, será de deferir o pedido de isenção de taxa de vistoria.</p> <p>2019-02-4</p> <p>A Técnica Superior,</p> <p>Helena Louro</p> <p><i>[Handwritten signature]</i></p>	<p><i>Faz-se o relatório a</i></p> <p><i>após a visita à situação</i></p> <p><i>económica da requerente,</i></p> <p><i>deve solicitar a isenção</i></p> <p><i>dos encargos a referências</i></p> <p><i>dele já deu o processo de</i></p> <p><i>remetido à habitação para</i></p> <p><i>o devido efeito.</i></p>



EXMO SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

REGISTO N.º E/64833/2018

DATA DE REGISTO 06/12/2018

PAGO PELA GUIA N.º

pagado em 17/12
União Mont 29.01.2019

ISENÇÃO/REDUÇÃO/PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS MUNICIPAIS

REFERE AO PEDIDO: E/64831

REQUERENTE (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

NOME/DESIGNAÇÃO Estela Damiana Almeida Weiga

ENDEREÇO Avenida Senhora da Paciência n.º 38 2.º Esq.

FREGUESIA Celeiros - Braga

CÓDIGO POSTAL 4705-448

TELEFONE

TELEMÓVEL 931042548 E-MAIL estelara40@gmail.com

BI/CC 10415108

VÁLIDO ATÉ

NIF 200868810

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL (SE APLICÁVEL)

NA QUALIDADE DE ☒ PROPRIETÁRIO ☐ USUFRUATUÁRIO ☐ LOCATÁRIO ☐ OUTRO

REPRESENTANTE

NOME

BI/CC

VÁLIDO ATÉ

NIF

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL (SE APLICÁVEL)

NA QUALIDADE DE ☐ MANDATÁRIO ☐ SÓCIO-GERENTE ☐ ADMINISTRADOR ☐ OUTRO

ENDEREÇO DE CONTACTO (PARA EFEITOS DE NOTIFICAÇÃO)

UTILIZAR DADOS DO REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADOS ☒ SIM ☐ NÃO

ENDEREÇO

FREGUESIA

CÓDIGO POSTAL

TELEFONE

TELEMÓVEL

E-MAIL

PRETENSÃO * (ASSINALE COM UM X A QUADRICULA RESPETIVA E PREENCHA O QUE LHE INTERESSA)

Em conformidade com o preceituado no Código Regulamentar do Município de Braga, vem requerer:

- ☒ ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;
☐ REDUÇÃO DE % NO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;
☐ PAGAMENTO EM 1 PRESTAÇÕES DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;

RELATIVAMENTE:

- ☐ REMOÇÃO DE FOSSAS ☒ VISTÓRIAS / PROJETOS / APOIO TÉCNICO

LOCAL DA OBRA

PROCESSO

- ☐ FREQUÊNCIA PISCINA MUNICIPAL PERÍODO DE FREQUÊNCIA DE A

- ☐ OUTROS

POR SE ENQUADRAR NA SEGUINTE CONDIÇÃO:

- ☐ PESSOAS SINGULARES DE COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA;
☐ FREGUESIAS;
☐ PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO OU DE UTILIDADE PÚBLICA;
☐ EMPRESAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS;
☐ PESSOAS COLETIVAS RELIGIOSAS;
☐ ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS;
☐ ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E COOPERATIVAS, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS;

☐ CONSULADOS, PARTIDOS POLÍTICOS E ASSOCIAÇÕES SINDICAIS;

☐ OUTRAS ¹

FUNDAMENTAÇÃO:

¹Não deverá ser superior a doze (12) prestações;

²Outras entidades públicas ou privadas, atividades ou atos a que a lei atribua, de forma expressa, tal isenção.

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

☐ Fotocópia simples da procuração, se não indicou código de acesso à procuração on-line e se é procurador;

No caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas sem fins lucrativos:

☐ Declaração comprovativa da atribuição de proteção jurídica emitida pela segurança social;

No caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas sem fins lucrativos que não entreguem a declaração da segurança social, e para os restantes casos:

☒ Fotocópia simples da última declaração de IRS, no caso de pessoa singular;

☒ Atestado da junta de freguesia da área de residência sobre a composição do agregado familiar;

☒ Fotocópia simples do último recibo de vencimento, no caso de não ter a última declaração de IRS;

☐ Atestado médico que declare a inexistência de quaisquer contraindicações para a utilização da piscina municipal, se aplicável;

☐ Declaração comprovativa da situação de desemprego, se aplicável;

☐ Fotocópia simples dos estatutos da entidade, no caso de pessoa coletiva;

☐ Fotocópia simples da última declaração de IRC, no caso de pessoa coletiva.

DECLARAÇÃO:

☐ TOMO CONHECIMENTO DE QUE A DOCUMENTAÇÃO APLICÁVEL ELENCADE EM ANEXOS DEVERÁ SER APRESENTADA, NO MÁXIMO, ATÉ À FASE DE ATENDIMENTO SOCIAL EFETUADO PELO GABINETE DE AÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, NO CASO DE SE ENQUADRAR COMO PESSOA DE COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA.

☐ TOMO CONHECIMENTO QUE O PEDIDO TEM QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM O ART.º 102 DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (DECRETO-LEI Nº 4/2015 DE 7 DE JANEIRO).

PEDE DEFERIMENTO

AUTORIZO O ENVIO DE COMUNICAÇÕES, NO DECORRER DESTES PROCESSOS, PARA O ENDEREÇO ELETRÓNICO ACIMA INDICADO* ☒ SIM ☐ NÃO

AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DOS MEUS CONTACTOS PARA EFEITOS DE DIVULGAÇÃO DE INICIATIVAS DO MUNICÍPIO ☒ SIM ☐ NÃO

*As notificações e comunicações aos interessados de todas as decisões ou informações que possam ser efetuadas por via postal simples, serão realizadas através de correio eletrónico, conforme previsto no artigo 112º do CPA. Sempre que não possa processar-se por via eletrónica, a notificação é efetuada por via postal simples. O requerente presume-se notificado em consonância com o previsto no artigo 113º do Código do Procedimento administrativo.

REQUERENTE / REPRESENTANTE

DATA

06/12/2018

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

☐ ASSINATURA DO(S) REQUERENTE(S) FOI CONFIRMADA PELA EXIBIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

☐ O PEDIDO ESTÁ INSTRUÍDO COM OS ELEMENTOS SUPRA INDICADOS PELO REQUERENTE.

☐ EXISTEM DEFICIÊNCIAS OU OMISSÕES NA INSTRUÇÃO DO PEDIDO, TENDO SIDO INFORMADO O REQUERENTE DO PROVÁVEL PEDIDO DE APERFEIÇOAMENTO. CONTUDO, POR SUA INSISTÊNCIA, FOI ACEITE.

OBSERVAÇÕES

O TÉCNICO DE ATENDIMENTO

DATA

06/12/2018